


APRESENTAÇÃO DE RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO: 11/2022
PROCESSO Nº: 112.00023060/2021-01
LOTE: 01
NOVACAP – COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

EMPRESA: JEB COMERCIO DE ELETRONICOS
CNPJ: 33.486.276/0001-80

RECEBIDO
DATA 23 / 5 / 2022
HORAS 11:10
CPF 972768

RECEBIDO POR:

 972768

BRASILIA, 23 DE MAIO DE 2022

RECURSO

RECEBIDO
DATA 23/5/22
HORA 11:10
ASS. 4 NÚM. 932768

Prezados,

A empresa **JEB COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI**, CNPJ: **33.486.276/0001-80** vem através desta para fins de rever a desclassificação da empresa referente ao Pregão Eletrônico 11/2022.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Esclarecemos que em nossa análise, entendemos que a NOVACAP realizou a interpretação de forma errônea em relação a validade do Balanço Patrimonial, onde o seu entendimento destoa do Acórdão 472/2016 Plenário TCU, documentação do SICAF e demais órgãos do governo.

Em 2007 foi criado o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital e a ECD – a Escrituração Contábil Digital em que todas as empresas sujeitas à escrituração contábil, nos termos da legislação comercial, são obrigadas a adotá-la. Inserindo cláusula clara sobre a data de envio de um balanço. A Instrução Normativa RFB nº 1.774/2017 estabeleceu a criação do SPED onde as empresas seriam obrigadas a apresentar a ECD (Escrituração Contábil Digital) terão até o final de maio do ano subsequente para apresentação do balanço.

A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.003, DE 18 DE JANEIRO DE 2021 que revogou a IN 1774/2017 também traz em seu texto, conforme podemos ver abaixo

"Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I - Diário e seus auxiliares, se houver;

II - Razão e seus auxiliares, se houver; e

III - Balancetes Diários e Balanços, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos mencionados no caput devem ser assinados digitalmente, com certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital."

...



"Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

§ 1º O prazo para entrega da ECD será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração.

§ 2º A ECD transmitida no prazo previsto no caput será considerada válida depois de confirmado seu recebimento pelo Sped."

Além da Instrução normativa trazer em seu texto expresso. O TCU em diversos casos semelhantes a essa situação já deliberou em favor do licitante, conforme acórdão 472/2016:

"A exigência para apresentação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício imediatamente anterior, para as empresas que adotam o regime de tributação vinculado ao Sistema Público de Escrituração Contábil (Sped) , só se inicia a partir do último dia estipulado pelas normas da Secretaria da Receita Federal para apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) . O prazo previsto no Código Civil (30 de abril) refere-se à deliberação da assembleia de sócios sobre o balanço patrimonial e não a sua publicação." Acórdão 472/2016-Plenário

Por outro lado, entende-se que as empresas obrigadas a apresentar o ECD possuem prazo até maio do ano subsequente seguindo a Instrução Normativa 2.003/2021, no qual obrigatoriamente submetem-se.

Isto porque não há como ter duas escriturações contábeis referentes ao mesmo período e seria desarrazoado apresentar os Livros na Junta Comercial e depois no SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. Aliás, na prática não há como registrar em ambos.

Diante disso alguns órgãos licitantes vêm reconhecendo que o balanço das empresas obrigadas a apresentar o ECD serão aceitos até maio do ano corrente, ou seja, a partir desta data deverão apresentar o balanço do último exercício.

Além desses argumentos apresentados, há um que deveria sobressair a todos apresentados, que é respeitar o princípio da economicidade e da razoabilidade. Tal ato, excessivo, ofende o princípio da ECONOMICIDADE, afastando proposta mais vantajosa para a Administração e dando azo para proposta mais elevada, onerando os cofres públicos.



Portanto, avocando os princípios da RAZOABILIDADE e da ECONOMICIDADE, é prudente para a Administração Pública afastar-se do rigorismo excessivo e reconhecer como válidas, PORQUE VÁLIDAS SÃO, as datas em questão que ensejam a validade do balanço patrimonial.

Desarrazoado é desclassificar proposta cujos valores estão compatíveis com o mercado, cuja qualificação econômico-financeira está comprovada por documento válido e EXIGIDO no âmbito da Administração Pública até 31 de maio do corrente ano, em detrimento a proposta cujos valores são menos vantajosos para o Erário.

Concluimos:

Diante do exposto acima fica evidente que a nossa desclassificação não possui fundamentação legítima se tratando de um exagero de interpretação. Solicitamos que nosso recurso seja analisado com cautela, haja visto que nosso valor por ser o menor está amparado pelo princípio da proposta mais vantajosa e é necessário que a administração garanta a isonomia entre os concorrentes.

Brasília-DF, 23 de maio de 2022

DIOGO MAGALHÃES AGUIAR DE MOURA

CPF: 006.638.221-14

JEB COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EIRELI
Diogo Magalhães Aguiar de Moura
Proprietário

JEB COMERCIO DE ELETRONICOS

ADE-QD 01 CONJUNTO D LOTE 07 - PRÓ-DF P-SUL - CEILÂNDIA

CNPJ: 33.486.276/0001-80 - INSC. ESTADUAL: 07.913.676/001-00

TELEFONE: (61) 3378-6065

E-mail: JEBCOMERCIO@GMAIL.COM